1) ATA DA REUNIÃO ESCUTA ATIVA

2) QUEM: COMITÊ OPERACIONAL NUGEPNAC, GRUPO OPERACIONAL CEIJAP; MAGISTRADOS, ASSESSORES JURÍDICOS, CHEFES DE GABINETE E DIRETORES DE SECRETARIA DAS VARAS DO INTERIOR.

3) QUANDO: 05/08/2021.

4) QUE HORAS: 12:30– 13:30 hrs

5) ESPAÇO: VIRTUAL (ZOOM)

6) CHAMADA: Desembargador Jayme Ferreira, coordenador do NUGEPNAC; Juiz Esclepíades de Oliveira Neto, coordenador do CEIJAP; juiz Luiz Carlos Kopes Brandao; juiz Almiro do Socorro Avelar Deniur; juiz Fábio Silveira Gurgel do Amaral; juiz Julle Anderson de Souza Mota; juiz Saloe Ferreira da Silva; Taísa Mendonça; Nádia Amanajás; Marco Antônio Monteiro; Márcia Corrêa; Glaucianne Salomão, assessora jurídica na Comarca de Laranjal do Jari; Adriana Oliveira, assessora jurídica na Comarca de Laranjal do Jari; Walmir Lourenço, chefe de gabinete na Comarca de Vitória do Jari; Michelle Facchinetti, assessora jurídica na Comarca de Amapá; Fabíola Araújo de França, assessora jurídica na Comarca de Vitória do Jari; Joaquim Neto, assessor jurídico na Comarca de Amapá; Márcia Mendonça, assessora jurídica n Comarca de Pedra Branca do Amaparí; Iara Gomes, assessora jurídica na Comarca de Vitória do Jari; Maria Carolina, assessora jurídica na Comarca de Porto Grande; Taynã Santos da Costa, assessor jurídico na Comarca de Mazagão; Hermes Sussuara, assessor jurídico da Comarca de Porto Grande; Ediana Santos, assessora jurídica na Comarca de Laranjal do Jari; Raylan Figueiredo, assessor jurídico na Comarca de Amapá; Bernadeth Farias, ASCOM/TJAP; Clarice Dantas, ASCOM/TJAP.

7) Pauta: Desembargador Jayme Ferreira abiu a reunião. Taísa Mendonça falou sobre o objetivo da reunião: apresentar o CEIJAP e o NUGEPNAC e seu integrantes; escutar e estreitar dialogo com as unidades judiciárias. Márcia Corrêa fez a apresentação dos integrantes do CEIJAP e do NUGEPNAC. Juiz Esclepíades de Oliveira Neto explanou sobre o papel e o funcionamento do CEIJAP. Nadia Amanajás explanou sobre o papel e o funcionamento do NUGEPNAC. Márcia Corrêa exibiu vídeo sobre atribuições do NUGEPNAC. Marco Antônio falou sobre aspectos técnicos do sistema de funcionamento das duas unidades e abordou o cumprimento de metas para o Prêmio CNJ de Qualidade. Desembargador Jayme abriu a palavra para contribuições dos convidados. Juiz Almiro Deniur destacou a importância da inteligência para detecção de demandas de massa e pediu informações sobre como poderá ser feita a identificação de demandas nas comarcas isoladamente, dando como exemplo as demandas do apagão, e se essa via de identificação ficará vinculada ao sistema de gestão judiciária e se tem a possibilidade de

operar junto ao PJe. Juiz Esclepíades disse que o CEIJAP recepciona e apóia as demandas de qualquer unidade judiciária e informa sobre a incidência de demandas semelhantes nas demais comarcas, propondo um diálogo permanente com os magistrados, compartilhando em um ambiente de troca de idéias. Sobre o PJe disse que esta na hora de trabalhar a capacitação pra utilização do PJe. Juiz Fábio Gurgel disse que tudo que vier a dar segurança jurídica um tema é favorável. Disse ainda que o sistema de pesquisa sobre jurisprudência básica no TJAP é precário. Citou a teoria da causa modelo como alternativa para tratamento das demandas repetitivas. Juiz Esclepíades destacou que a teoria da causa modelo está sendo usada na provocação de um IRDR no TJAP. Desembargador Jayme disse que já está trabalhando junto aos desembargadores sobre a admissão de IRDR com base na causa modelo. Falou da recepção de inúmeros processos relativos ao apagão, já identificados, com tendência de crescimento, destacando que o NUGEPNAC e o CEIJAP estão trabalhando em levantamentos sobre esta demanda. Juiz Esclepíades falou de uma outra demanda, relativa à recuperação de consumo dos consumidores com a Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, e disse que está propondo uma reunião com a CEA para debater tratamento pré-processual da demanda; juiz Almiro disse que em Porto Grande há conflitos dessa natureza e que a idéia de estabelecer tratamento na origem é excelente; Marco Antônio orientou sobre o correto cadastramento dos processos nas varas. juiz Esclepíades enfatizou a importância do cadastramento adequado dos processos na origem para que seja possível realizar o levantamento das demandas repetitivas. Desembargador Jayme disse que talvez o "nó górdio" (metáfora de um problema insolúvel resolvido facilmente por ardil astuto ou por "pensar fora da caixa") seja a qualificação de classe e assunto nas demandas. Juiz Julle disse que a correta classificação das demandas é recorrente e sugeriu treinamento pela Escola Judicial. Juiz Almiro sugeriu capacitação sobre preenchimento das tabelas processuais no sistema Tucujuris. Desembargador Jayme encerrou a reunião.

Deliberação final: Ficou definido que o juiz de Porto Grande será convidado para a reunião com a CEA sobre demandas de recuperação de consumo. Também será tratado com a EJAP sobre capacitação para adequada classificação dos processos. Trabalhar junto ao DESIS sobre o uso de inteligência artificial na classificação dos processos.

8) A presente ata foi lavrada por Márcia Corrêa.